

revista areia e brita

PUBLICAÇÃO DA ANEPAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

Indústria Forte País Forte

FIESP
CIESP

Capa

ANEPAC EMPOSSA NOVA DIRETORIA E REFORÇA COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR

Pág. 18

Representatividade

Lançamento da Frente
Parlamentar da Indústria
da Construção e Mineração
Sustentável

Pág. 28

Destaque

ANEPAC representa o Brasil
no 4º Congresso de Áridos
na Argentina

Pág. 12

Eventos

Parceria do setor de
agregados com IBRAM

Pág. 40





SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE
**MINERAIS CRÍTICOS E
ESTRATÉGICOS 2025**

INTERNATIONAL SEMINAR ON
CRITICAL AND STRATEGIC MINERALS

28 DE MAIO

Evento Presencial

Brasília – DF

Em tempos de transformação ecológica, os minerais críticos e estratégicos estão no centro de debates em todo o mundo. O Seminário Internacional de Minerais Críticos e Estratégicos, organizado pelo IBRAM, abordará uma extensa gama de temas para compreender o papel desses minerais na transição energética global.

**GARANTA A
SUA VAGA!**



Realização:

IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

EDITORIAL

30 Anos de ANEPAC e o Futuro do Setor de Agregados no Brasil



**Fernando
Mendes Valverde**

Diretor de Relações Institucionais

Em 2025, a ANEPAC celebra um marco histórico: 30 anos de atuação. Três décadas dedicadas ao fortalecimento do setor de agregados no Brasil, impulsionando o associativismo e promovendo a troca de experiências entre produtores de todo o país.

Ao longo desses anos, a ANEPAC desempenhou um papel crucial na melhoria do associativismo nacional, promovendo a integração entre produtores de agregados de todas as regiões do Brasil. Foi graças a essa união que os produtores começaram a conversar, trocar experiências e buscar soluções conjuntas para os desafios do setor. Realizamos inúmeras missões técnicas, nacionais e internacionais, que trouxeram conhecimento, inovação e boas práticas para o setor, além de ampliar a visibilidade e o protagonismo dos agregados no Brasil.

Ao trazer a lente para o setor de agregados na atualidade entendemos que o trabalho desenvolvido pela ANEPAC é essencial e que ainda temos muito a realizar, pois o cenário brasileiro nos apresenta grandes desafios. O setor de agregados enfrentou um ano de 2024 com resultados modestos, registrando um crescimento de apenas 1% em relação ao ano anterior. Para 2025, as expectativas são semelhantes, com projeções de um aumento próximo a esse mesmo patamar. Apesar do cenário desafiador, estamos otimistas e aguardamos a concretização de projetos advindos, principalmente, do governo federal, que possam impulsionar a infraestrutura e a construção civil,

setores diretamente ligados à demanda por agregados.

Apesar dos desafios, a ANEPAC inicia 2025 com entusiasmo e renovação. A nova gestão, liderada pelo presidente do conselho diretor Carlos Eduardo Auricchio e com Victor Bicca, ex-diretor geral da ANM, como presidente executivo, traz consigo a experiência e o compromisso necessários para conduzir a entidade.

Este será um ano de grandes realizações para a ANEPAC. Estaremos presentes nos principais debates sobre agregados no país, defendendo os interesses do setor e promovendo iniciativas que fortaleçam a cadeia produtiva. Continuaremos a trabalhar pela modernização, pela redução de entraves burocráticos e adoção de práticas sustentáveis que garantam a competitividade e a longevidade da mineração de agregados no Brasil.

Me despeço desta coluna e, também, da presidência executiva da ANEPAC, cargo que exerci por trinta anos consecutivos, e assumo a Diretoria de Relações Institucionais, tarefa que recebi com satisfação, certo de que teremos muitas e excelentes possibilidades de intercâmbio nos próximos meses. Agradeço a todos os membros da diretoria, associados e parceiros que colaboraram comigo nesse período de muito trabalho e renovo meu compromisso de continuar atuando em prol do desenvolvimento do setor de agregados.

Que 2025 seja um ano de realizações, crescimento e fortalecimento para todos nós.

sumário

Nesta edição

capa

- ANEPAAC empossa nova diretoria e reforça compromisso com o desenvolvimento sustentável do setor



12

destaque

- ANEPAAC representa o Brasil no 4º Congresso de Áridos na Argentina
- SOMAR MINERADORA conquista o seu 10º Prêmio Socioambiental Chico Mendes



16

mercado

- Desempenho do Setor Mineral em 2024



expediente



EDIÇÃO 82 – Abril de 2025

Publicação da ANEPAC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES
DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

Rua Santo Amaro, 71 - 18º andar - Bela Vista

CEP 01315-0001 - São Paulo/SP

✉ anepac@anepac.org.br ☎ 11 3171.0159

📞 11 97207.2279



📱 www.anepac.org.br



Siga a ANEPAC
nas redes sociais

Presidente Executivo

Victor Hugo Froner Bicca

Diretor de Relações Institucionais

Fernando Mendes Valverde

Presidente Conselho Diretor

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio

Vice-presidente Conselho Diretor

Fábio Rassi

Diretor Executivo

Daniel Debiazzi Neto

Diretora de Meio Ambiente

Sandra Maia de Oliveira

Conselheiros

Henrique Gomes Libério

Felipe Barcelos Ottoni Guedes

Fabio Roni Borlini

Anselmo Luiz Martinez Romera

Daniel Debiazzi Neto

Fauaz Abdul Hak

Abdias Veras Neto

Marcelo Alves Santiago

Marcos Durau

Valdir Turra Carpenedo

representatividade

- ④ Fundação do Sindareia-BA
- ④ Lançamento da Frente Parlamentar da Indústria da Construção e Mineração Sustentável
- ④ Assembleia da ANEPAC define prioridades para o futuro da mineração de agregados



artigos

- ④ Mineração de agregados para a construção civil: uma visão jurídica do interesse nacional, mas problemas são locais

6



eventos

- ④ ANEPAC e lideranças do setor debatem o futuro da mineração de agregados em Goiás
- ④ Parceria do setor de agregados com IBRAM
- ④ ANEPAC fortalece representatividade e marca presença em grandes eventos do setor mineral em 2025



entrevista

- ④ Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio

8



Conselho Fiscal

Eduardo Rodrigues Machado Luz Junior
Sandro Alex de Almeida
Hércio Akimoto

Conselheiros Vitalícios

Antero Saraiva Junior
Carlos Toniolo
Ednilson Artioli
Eduardo Rodrigues Machado Luz
Gustavo Rosa Lanna
José Luiz Machado
Luiz Eulálio De Moraes Terra
Pedro Antonio Reginato
Sérgio Pedreira de Oliveira Souza

Fotos: Arquivos Anepac

Impressão: Gráfica Formato

Tiragem: 1.500 exemplares

Projeto Gráfico e Editorial:

A2B COMUNICAÇÃO
RUA ÁLVARES MACIEL, 362 - SALA 901
CEP 30150-250 - BELO HORIZONTE - MG

☎ 31 2127.1400

✉ contato@a2bcomunicacao.com.br

🌐 a2bcomunicacao.com.br

a2b
comunicação

revista
areia e brita

Areia e Brita é uma publicação da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção, dirigida às empresas, entidades e profissionais ligados direta ou indiretamente ao setor de agregados para a indústria da construção. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ANEPAC.

SUA REPRODUÇÃO É LIVRE EM QUALQUER OUTRO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Mineração de agregados para a construção civil: uma visão jurídica do interesse nacional, mas problemas são locais

✍ William Freire¹



Há uns trinta anos cunhei uma expressão num momento de inspiração: — “o boom da mineração ainda está por acontecer.”

Considerando o potencial geológico brasileiro, esta afirmação é verdadeira até hoje.

Apesar de visível movimentação recente, as empresas que trabalham com os minerais especiais necessários para a aclamada transição energética e para utilização em produtos de ponta, com exceção do nióbio, continuarão vendendo concentrados para a China ainda por muitos anos. É um dos reflexos cruéis da ausência de política mineral nas últimas quatro décadas, pelo menos.

Em relação aos agregados para a construção civil, ainda há muito o que expandir. Apenas para se ter uma ideia, os EUA alcançaram o consumo de três toneladas per capita de agregados na década de 1920, número que se equipara ao consumo per capita brasileiro em 2024.

O tema é relevante, especialmente em um contexto de crescimento urbano acelerado, expansão industrial, demanda por universalização do saneamento básico, déficit habitacional e melhoramento da infraestrutura, o que faz com que a demanda por agregados e materiais de construção em geral tendam a aumentar.

Entre os elementos que podem favorecer o cresci-

mento do setor de agregados e o incremento do consumo de areia e brita, o fator jurídico é de extrema relevância, porque cuida de aspectos sensíveis ao investidor, entre eles, e mais importante, a segurança jurídica.

Se a mineração de um modo geral — muito justamente — obteve o status legal de utilidade pública e atividade econômica de interesse nacional, com mesma ou maior razão o setor de agregados deve desfrutar desse privilégio.

Sob o ponto de vista jurídico, os elementos mais sensíveis para os investidores são a eficiência administrativa, os custos administrativos, a razoabilidade das exigências relacionadas à sustentabilidade ambiental do projeto e a ausência de politização dos servidores desses órgãos.

Em se tratando de uma atividade de utilidade pública e de interesse nacional, a politização deve ocorrer na fase legislativa, sem contaminar o processo administrativo ou o licenciamento ambiental. No processo de licenciamento ambiental a análise deve ser eminentemente técnica.

Ainda dentro da análise da segurança jurídica, a questão fundiária tem relevância.

Em relação à produção e consumo dos agregados para a construção civil, a distância entre a jazida e o mercado consumidor é fator determinante para



¹ WILLIAM FREIRE.
Advogado. Professor de Direito Mineral. Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Mineral (IBDM). Coordenador do Departamento do Direito da Mineração do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Cooordenador do Comitê de Direito da Mineração e Direito Ambiental do Cesa/MG (Centro de Estudo de Sociedade de Advogados). Árbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil (CamARB). Alguns livros publicados: Comentários ao Código de Mineração. (2ª ed. 1995). Revista de Direito Mineral (1997. Vol. I — coordenador). Direito Ambiental Brasileiro (1998). Revista de Direito Mineral (2000. Vol. II — coordenador). Recurso Especial e Extraordinário (2002 — coautor). Os recursos cíveis e seu processamento nos Tribunais (2003 — coautor). Direito Ambiental aplicado à



ARTIGOS

a viabilidade do projeto.

O custo do transporte chega, em alguns casos, a representar mais da metade do preço final. Distância a ser percorrida, qualidade das estradas, custo de pedágios, preço do combustível, custo unitário e de financiamento dos equipamentos e custos com logística reversa são fatores relevantíssimos.

Dentro da questão fundiária, a necessária proximidade da jazida com os centros consumidores gera outras disputas como os conflitos com os interesses imobiliários e com os oportunismos políticos.

Para prevenir esses tipos de conflitos, o adequado zoneamento municipal se faz necessário, com a distinção das zonas urbanas: as residenciais, as adequadas para a mineração e as necessárias para a proteção ambiental.

A realidade e a dinâmica da vida e das atividades econômicas vão muito além da imaginação do legislador. A dinâmica da atividade mineral também.

Aparecem conflitos com outras atividades que também têm o status de utilidade pública, como as linhas de transmissão de energia elétrica. Nesses casos, o fator distintivo da prevalência da proteção legal será a rigidez locacional. Os traçados das linhas de transmissão podem ser alterados; a localização da jazida não.

Quando se trata de atividade mineral em que a proximidade dos centros consumidores é essencial, aparece o tradicional comportamento refratário do *not in my backyard*. Todos desejam moradias suficientes e mais baratas. Entretanto, não querem a vista de uma jazida nem a movimentação dos caminhões. Na mesma linha, desejam celulares, automóveis e bem-estar, mas não estimam a mineração.

Interesse nacional, problemas locais

A legislação mineral brasileira, no meu entendimento, é melhor do que a legislação mineral do Canadá, da Austrália e dos Estados Unidos em alguns aspectos: há apenas um Código de Minera-

ção para todo o Brasil, a mineração é considerada de utilidade pública e deve ser desenvolvida no interesse nacional.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há múltiplas regras regulatórias minerárias, dependendo da localização da jazida e do imóvel: em terras públicas federais, estaduais, em propriedade privada. No Canadá, cada província tem seu Código de Mineração. Na Austrália ocorre o mesmo. O minerador fica preso nessa teia normativa.

Apesar dessa vantagem e da predominância da normatização regulatória federal no Brasil, há algumas questões ainda não resolvidas:

- i. Burocracia e custos na outorga dos consentimentos necessários pelos Municípios.
- ii. Competência dos municípios para emitirem as licenças municipais minerais com base na Lei 6.567 de 1978. Entendemos que o regime de Licenciamento Mineral deve ser mantido, apenas transferindo a competência para outorga dos direitos minerários para a Agência Nacional de Mineração (ANM) com modificação do modo de fixação da prioridade (que seria marcado no momento do requerimento protocolado perante a ANM).
- iii. Capacidade de o município criar restrições indiretas para a mineração, violando a hierarquia entre os entes políticos. São unidades de conservação que aparecem do nada, desapropriações da superfície com potencial de impedir ou prejudicar a mineração.

Extração ilegal não deve ser confundida com a mineração. Acidentes ocorrem, mas isso não deve personificar a mineração. Deve-se, antes de tudo, entender que a expressão mineração no interesse nacional demonstra a importância dessa atividade para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e a posição do minerador como colaborador privilegiado da União.

A mineração é atividade de utilidade pública e deve ser desenvolvida no interesse nacional. Por essa razão, há necessidade de reduzir a capacidade de os municípios criarem obstáculos ou atrasarem o desenvolvimento da mineração.

Mineração. Belo Horizonte: (2005). Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito brasileiro (2005). Código de Mineração em Inglês (2008 – cotradutor). Dicionário de Direito Minerário. Inglês – Português. (2ª ed. 2008 – coautor). Gestão de Crises e Negociações Ambientais (2009). Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário técnico de Meio Ambiente. (2ª ed. 2009 – coordenador). Mineração, Energia e Ambiente (2010 – coordenador). Fundamentals of Mining Law (2010). Código de Mineração Anotado e Legislação complementar em vigor. (5ª ed. 2010). Aspectos controvertidos do Direito Minerário e Ambiental (2013 – cocoordenador). The Mining Law Review. (6ª ed.). Capítulo do Brasil. London: The Mining Law Reviews (2017). Direito da Mineração. Cocoordenador (2017). Capítulo: Avaliação judicial de rendas e danos para pesquisa mineral. Riscos Jurídicos na Mineração. Manual (2019). O mínimo que todo empresário necessita saber sobre Direito Penal. Manual (2019 – coautor). International Comparative Legal Guides. Mining Law 2020: A practical cross-border insight into Mining Law. (7ª ed.). London: Global Legal Group Limited (2020), capítulo Brasil, e Direito Minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. (2ª ed. 2020). Direito da Mineração (Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2ª ed. 2023 – organizador).

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio

Conheça um pouco mais
sobre o novo Presidente do
Conselho Diretor da ANEPAC.

Com uma vasta experiência no setor mineral, Caco Auricchio assume a liderança da ANEPAC em um momento crucial para a indústria de agregados no Brasil. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a sustentabilidade, inovação e desenvolvimento do setor.

Ao longo de sua carreira, Caco Auricchio tem se destacado por sua capacidade de enfrentar desafios complexos e promover mudanças significativas, a partir de uma visão estratégica e conhecimento das questões regulatórias e ambientais, fundamentais para a implementação de práticas que não apenas aumentem a eficiência operacional, mas também melhorem a imagem do setor junto à sociedade.

Nesta entrevista, Caco Auricchio compartilha suas principais metas e prioridades como Presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, abordando temas como sustentabilidade, inovação, desafios regulatórios e oportunidades de crescimento. Ele também discute a importância das parcerias estratégicas e a necessidade de fortalecer a representatividade do setor em fóruns nacionais e internacionais.



ENTREVISTA

Areia e Brita - O que o motivou a assumir a Presidência do Conselho Diretor da ANEPAC e quais são suas expectativas para este mandato?

Acredito que minha trajetória profissional me encaminhou para a presidência do conselho da ANEPAC. Em todo o percurso, sempre fui motivado pela oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do setor e colaborar para o enfrentamento dos desafios que temos enquanto produtores de agregados no Brasil. Acredito que, com a condução adequada, podemos transformar a indústria de agregados em um exemplo de desenvolvimento sustentável e responsável e mostrar isso para todo o país. Espero que minha gestão seja marcada por avanços significativos na representatividade e na competitividade do setor.

Quais são suas principais metas e prioridades como novo presidente?

Ao assumir essa nova missão na ANEPAC, entendo que, juntamente com os demais membros do conselho diretor e diretoria executiva, terei muito trabalho a realizar. Nossas principais metas incluem fortalecer a representatividade do setor de agregados no Brasil, promovendo um ambiente regulatório mais favorável e combatendo a informalidade que ainda persiste em nosso meio. Temos, também, a missão de incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis e inovadoras, que não só aumentem a eficiência operacional, mas também melhorem a imagem do setor perante a sociedade. Além disso, buscaremos estabelecer parcerias estratégicas com as demais entidades setoriais e governamentais para fomentar leis que incentivem o desenvolvimento da indústria de agregados em todo o território brasileiro.



Como você vê o papel da ANEPAC no desenvolvimento da indústria de agregados no Brasil?

A ANEPAC tem um papel crucial no desenvolvimento da indústria de agregados, atuando como uma ponte entre os empresários do setor e as autoridades regulatórias. Há trinta anos, ela atua unindo e representando toda a cadeia produtiva de agregados para construção. Muitas das conquistas que vimos ao longo dos anos foram resultados do trabalho intenso desenvolvido pela entidade. Em um futuro próximo, vejo a ANEPAC liderando novas iniciativas de promoção do setor, como a defesa de políticas públicas, de ordenamento territorial e de tecnologia para a produção de agregados. A ANEPAC tem, também, uma forte atuação no processo de autorregulação do setor, com incentivo a boas práticas e adesão dos produtores a legislações que impactam positivamente no nosso setor e garantem que estejamos alinhados com as melhores práticas globais e preparados para enfrentar os desafios futuros. Nosso trabalho vai ser potencializar essa atuação.



Quais são os maiores desafios da indústria de agregados atualmente e como a ANEPAC pretende enfrentá-los?

Por ser muito heterogêneo e estratégico, nosso setor tem muitos desafios a serem enfrentados. É bom lembrar que a maioria das empresas produtoras de agregados é de pequeno porte e está pulverizada pelo país, o que dificulta até mesmo a medição do alcance dos problemas que temos. Dentre esses desafios, destaco a informalidade, que prejudica a competitividade e a sustentabilidade do setor, e o excesso de peso no transporte rodoviário, que gera custos adicionais e problemas de infraestrutura, visto que praticamente toda a produção de agregados é transportada via modal rodoviário. Outro grande desafio está na burocracia que enfrentamos nos processos de concessão e licenciamento ambiental, que impacta diretamente na produção de agregados para atendimento às demandas. Tivemos um ganho com a descentralização promovida pela ANM que agora permite que os processos sejam requeridos, instruídos e outorgados no próprio estado, o que trouxe a eficiência necessária e cobrada, a muito tempo, pelo setor.

Precisamos, então, avançar nesse sentido. Porém, o mais importante e urgente de todos é a ausência de planejamento urbano que considere a mineração de agregados em sua condição primordial para o desenvolvimento das cidades. Pretendemos abordar esses desafios por meio de um diálogo constante com as autoridades, indicando e defendendo a simplificação dos processos e a inclusão da mineração de agregados nos planos de desenvolvimento urbano dos estados e municípios.

Como você vê as oportunidades de crescimento ou inovação no setor de agregados?

Vejo diversas oportunidades de crescimento e inovação no setor de agregados. A adoção de tecnologias avançadas, como a automação e a digitalização dos processos, pode aumentar significativamente a eficiência operacional e melhorar o desempenho das empresas. A realização de eventos para troca de informações entre os produtores e os demais setores também é imprescindível para o desenvolvimento do setor e, portanto, uma ótima oportunidade. Em resposta a essa necessidade, estamos organizando um calendário de ações para os próximos dois anos, com destaque para o 1º Congresso Brasileiro de Agregados, que realizaremos em 2026 e promete ser um marco para o setor. Outro importante vetor de crescimento para o setor é o combate à informalidade e a crescente participação da ANEPAC nesse movimento é essencial para seu resultado. O programa Cadminério, por exemplo, foi criado para combater a informalidade e promover a regularização das operações, trazendo mais segurança e possibilitando às empresas melhores condições de produção e transferência de conhecimento. Essa ação tem sido essencial para o setor de agregados paulista e poderá ser implantada, também, em outros estados, melhorando ainda mais o processo de oferta de produtos e contratação pelo poder público.



ENTREVISTA

Como a ANEPAC está trabalhando com outras organizações e entidades governamentais para fortalecer a indústria de agregados?

Esse é um princípio elementar da nossa atuação enquanto entidade representativa. Estamos trabalhando em estreita colaboração com outras organizações e entidades governamentais para fortalecer a indústria de agregados. Estabelecendo parcerias estratégicas com entidades como a FIESP e sindicatos regionais como o Sindareia-SP e o Sindipedras-SP, além de manter um diálogo constante com a ANM, o IBRAM e outras autoridades regulatórias. A defesa de nosso setor também na esfera legislativa, por meio dos deputados estaduais e federais que apoiam os pleitos da indústria, fortalece nossa luta por melhores condições para os produtores. Essas parcerias são fundamentais para promover melhorias no ambiente de negócios, enfrentar desafios

regulatórios e ambientais e garantir que o setor de agregados esteja alinhado com as melhores práticas globais. Além disso, estamos participando ativamente de fóruns e eventos que discutem o futuro da mineração no Brasil, buscando sempre defender os interesses do setor.

Que legado você espera deixar ao final de sua gestão como Presidente do Conselho Diretor da ANEPAC?

Espero deixar um legado de fortalecimento do setor de agregados, com uma ANEPAC mais representativa e influente, promovendo práticas sustentáveis e inovadoras. Quero que minha gestão seja lembrada pelo combate à informalidade, promoção da sustentabilidade e melhoria da imagem do setor. Acredito que, com o apoio dos empresários do setor, podemos alcançar esses objetivos e garantir um futuro próspero para a indústria brasileira de agregados.



Saiba mais:

anepac.org.br

ANEPAC representa o Brasil em eventos internacionais

Missão técnica brasileira esteve presente no maior evento do setor

O setor de agregados para construção ganhou destaque internacional com a realização do 4º Congresso de Áridos e do 7º Global Aggregates International Network (GAIN), realizados em Córdoba, Argentina. O evento reuniu as principais entidades de mineração de agregados do mundo, promovendo o intercâmbio de boas práticas, a discussão de novas tecnologias e a defesa de políticas de cuidado ambiental e responsabilidade social empresarial. A ANEPAC marcou presença com uma missão técnica brasileira, reforçando o papel do Brasil no cenário global da mineração sustentável.



Missão brasileira no evento: da esquerda para a direita - Anselmo Romera (Sindareia/SP), Sandra Oliveira (AB Areias), Hercio Akimoto (MGA), Fernando Valverde (ANEPAC), Diego Saraiva (Itaquareia) e Eduardo Machado Jr.

DESTAQUE



Palestras dos representantes da ANEPAC
- Fernando Valverde e Diego Saraiva



Representando o setor de agregados brasileiro estavam o então presidente executivo da ANEPAC, Fernando Valverde, o presidente de Sindareia/SP, Anselmo Romera, o conselheiro fiscal da ANEPAC, Eduardo Machado Luz Júnior, da Okianos Empreendimentos, o diretor da Itaquareia, Diego Saraiva e os diretores da ANEPAC, Hércio Akimoto, da MGA Mineração, e Sandra Maia de Oliveira, da AB Areias.



O Congresso de Áridos, um dos mais importantes do setor, trouxe à tona temas como inovação tecnológica, gestão sustentável de recursos minerais e os desafios da mineração em um mundo cada vez mais urbanizado. Paralelamente, o GAIN, que reúne representantes de 15 países, destacou a importância da colaboração internacional para enfrentar os desafios comuns do setor, como a escassez de recursos, a regulamentação ambiental e a necessidade de práticas mais eficientes e sustentáveis.

A ANEPAC teve participação ativa no evento, representada, principalmente por Fernando Valverde, que integrou o grupo de palestrantes convidados. Valverde compartilhou as experiências e os avanços do setor de agregados no Brasil, destacando as boas práticas adotadas no país e os desafios enfrentados. "A participação da ANEPAC no GAIN e no Congresso de Áridos é fundamental para fortalecer a troca de conheci-



Fonte:
ANEPAC



Reunião de trabalho dos delegados do 7º GAIN

mentos e promover a mineração sustentável em nível global. Além disso, é uma oportunidade para estreitar laços com organizações de outros países e trazer para o Brasil soluções inovadoras que possam beneficiar nosso setor”, afirmou Valverde.

O GAIN se destaca como uma plataforma essencial para a discussão de temas globais, como a gestão de recursos minerais, a redução de impactos ambientais e a promoção da responsabilidade social no setor. A participação da ANEPAC nessa rede internacional reforça a importância do Brasil como um dos principais players globais na produção de agregados, além de evidenciar o impacto positivo da mineração na qualidade de vida da população.

A missão técnica brasileira teve a oportunidade de conhecer as melhores práticas adotadas em outros países, além de apresentar os avanços alcançados no Brasil. Essa troca de experiências é fundamental para impulsionar a inovação e a sustentabilidade no setor de agregados, contribuindo para o desenvolvimento de uma mineração mais eficiente e responsável.

“A nossa participação no evento foi muito

importante. Nosso setor tem relevância internacional e temos que fazer jus a isso”, analisa Eduardo Luz Júnior. Para Diego Saraiva, o maior ganho para os participantes da missão técnica foi a troca de informações. “O intercâmbio com outras empresas foi muito bom, conhecendo a experiência de produtores de outros países e sabendo que os desafios muito parecidos com os que enfrentamos no Brasil”, explica Saraiva.



DESTAQUE

SOMAR MINERADORA conquista o seu 10º Prêmio Socioambiental Chico Mendes

Mineradora gaúcha conquistou o “Selo Verde” por dez anos consecutivos após passar por auditorias e análise de indicadores que avaliam critérios da governança ambiental, social e corporativa

A SOMAR – Sociedade Mineradora recebeu, no final de 2024, seu 10º Prêmio Socioambiental Chico Mendes, em cerimônia realizada após o 6º Fórum Empresarial de Sustentabilidade, que nesta edição reuniu na Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC empresas de diferentes cidades do Brasil em torno do tema “A Inteligência Artificial a Serviço do Meio Ambiente e da Sustentabilidade”.

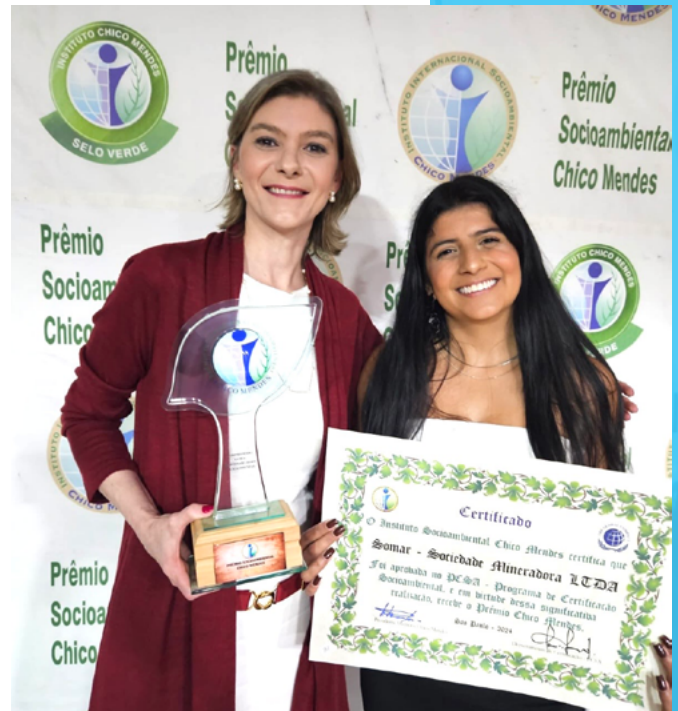
Entre as ações avaliadas pelo Instituto Chico Mendes para a outorga do Selo Verde estão o monitoramento da vegetação ciliar, da qualidade da água, velocidade e feições submersas do rio, plantio de vegetação nativa nas margens e ilhas, programa de destinação de resíduos sólidos, monitoramento da taxa de sedimentação e de organismos aquáticos, ictiofauna e fauna pulmonada.

“Transparência é fundamental nos princípios da sustentabilidade. Nossas pesquisas, certificações, estudos e gráficos de monitoramentos

estão disponíveis em nosso site para quem quiser conhecer a atividade da areia e entender melhor a importância do setor para o desenvolvimento econômico e urbano do País”, diz Veronica Della Mea, diretora executiva da SOMAR.

Rio Grande do Sul responde por cerca de 10 milhões de toneladas de areia

A produção média de areia no Rio Grande do Sul se mantém em cerca de 10 milhões de toneladas anuais, segundo o Sindicato da Indústria da Mineração de Brita, Areia e Saibro de Estado do RS (Sindibritas) e Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro (Agabritas/RS). Entre as principais regiões produtoras no Estado está o Baixo Rio Jacuí, região onde a SOMAR atua, atendendo há 40 anos o setor da Construção Civil da região metropolitana de Porto Alegre, em uma área contínua de 22 quilômetros de concessão que abrange os municípios de Triunfo, Charqueadas e São Jerônimo.



Veronica Della Mea, diretora executiva (esquerda), e a engenheira ambiental da SOMAR, Brenda Porciuncula (direita).
crédito Neiva Mello

Desempenho do Setor Mineral em 2024



O setor mineral brasileiro encerrou 2024 com um desempenho robusto, consolidando-se como um dos pilares da economia nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o faturamento do setor atingiu R\$ 270,8 bilhões, um aumento de 9,1% em relação a 2023 (excluindo petróleo e gás).

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) também apresentou um crescimento expressivo de 8,6%, totalizando R\$ 7,45 bilhões. Esse recurso é fundamental para o desenvolvimento dos municípios mineradores, com 2.805 cidades identificadas como recolhedoras de CFEM, lideradas pelos estados de Minas Gerais e Pará.

No comércio exterior, as exportações minerais brasileiras somaram US\$ 43,43 bilhões, um aumento de 0,9% em comparação ao ano anterior. O saldo comercial mineral alcançou US\$ 34,95 bilhões, representando 47% do saldo comercial total do Brasil, que foi de US\$ 74,55 bilhões. Nesse cenário, a China manteve-se como o principal destino das exportações, reforçando a importância do mercado asiático para o setor.

Nas importações, houve queda em dólares para a maioria das substâncias, com exceção de pedras e revestimentos naturais. Em toneladas, as importações também diminuiram, exceto para potássio e pedras e revestimentos. Os principais

fornecedores de substâncias minerais para o Brasil foram Estados Unidos, Rússia, Austrália e Canadá, demonstrando a diversificação das fontes de suprimento do país.

A produção mineral brasileira também apresentou resultados positivos em 2024, com destaque para os crescimentos de 20% na produção de cobre, 5,5% na produção de nióbio, 31,6% na produção de bauxita e 18,1% na produção de caulim. Esses números refletem a capacidade do setor em atender à demanda global por minerais essenciais para indústrias estratégicas, como a de tecnologia e construção civil.

Além do desempenho financeiro e produtivo, o setor mineral mostrou sua força na geração de empregos. Entre janeiro e novembro de 2024, foram criadas mais de 8.700 novas vagas, totalizando mais de 221 mil empregos diretos e mais de 2,5 milhões de empregos ao longo da cadeia produtiva e do mercado. Esses números reforçam o papel da mineração como um dos principais geradores de oportunidades de trabalho no país, contribuindo para a redução do desemprego e a melhoria da qualidade de vida da população.

As perspectivas para o setor mineral brasileiro nos próximos anos são positivas, com investimentos previstos para o período de 2025 a 2029, conforme informado pelo IBRAM.

Os dados completos estão no relatório Mineração em Números publicado pelo IBRAM.



Fonte:
IBRAM

Saiba mais em:
ibram.org.br/mineracao-em-numeros



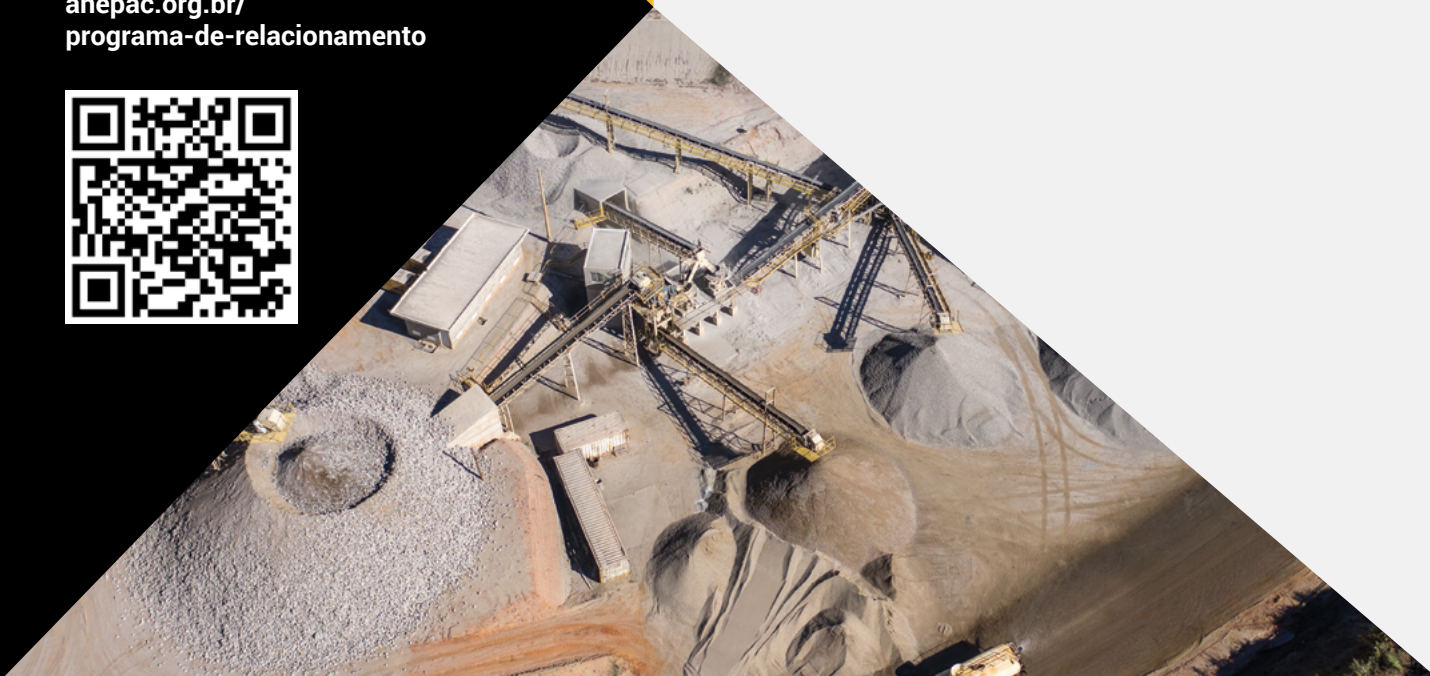
Conheça o
que a ANEPAC
pode fazer
para ajudar a
sua empresa..



PROGRAMA DE **RELACIONAMENTO** **2025**

Baixe nosso
Mídia Kit

[anepac.org.br/
programa-de-relacionamento](http://anepac.org.br/programa-de-relacionamento)





ANEPAC empossa nova diretoria e reforça compromisso com o desenvolvimento sustentável do setor

Em um evento que reuniu líderes do setor de agregados, autoridades e convidados ilustres, a Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (ANEPAC) deu posse à nova gestão do Conselho Diretor para o biênio 2025-2026. A cerimônia, realizada no dia 10 de fevereiro, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), marcou o início de uma nova fase para a entidade, que neste ano celebra seu trigésimo aniversário.

A mesa de honra contou com a presença de nomes de destaque, como o subprocurador-geral da República, Luiz Augusto Santos Lima, o deputado federal Arnaldo Jardim, os deputados estaduais Itamar Borges (São Paulo) e Lineu Olimpio (Goiás), o diretor do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), Alexandre Mello, o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Moreira Sousa, além de outros membros do corpo diretor da Agência, e o presidente do Conselho Superior da Indústria da Construção (CONSIC/



CAPA

FIESP), Eduardo Ribeiro Capobianco. Na plateia, empresários, líderes de entidades e profissionais ligados à mineração de agregados participaram do evento, que destacou a importância do setor para o desenvolvimento do país.

“Os agregados minerais são fundamentais para a cadeia produtiva da construção, e a ANEPAC tem um papel crucial nesse contexto”, destacou o anfitrião da tarde, Eduardo Capobianco. Em sua fala, Capobianco ressaltou a importância do investimento e da redução da burocracia para impulsionar o crescimento do setor de agregados e da construção civil no Brasil.

Cenário dos agregados para construção no Brasil

A cerimônia de posse do Conselho Diretor da ANEPAC contou com palestra do presidente executivo, Fernando Valverde, que apresentou um panorama do setor de agregados no Brasil.



Carlos Eduardo Auricchio e o subprocurador-geral da República, Luiz Augusto Santos Lima



Representantes do poder público, entidades e governo presentes no evento





Ele destacou a relevância global e nacional dos agregados para a construção civil. "Os agregados representam a maior indústria extrativa do mundo", afirma Fernando Valverde, destacando a importância de materiais como areia e brita. Valverde trouxe dados importantes para o cenário brasileiro: em 2023, o mundo produziu 58 bilhões de toneladas de minérios, sendo 67% (cerca de 40 bilhões de toneladas) referentes a agregados como areia e pedra britada. O Brasil, sétimo maior produtor mundial, produziu, no mesmo ano, 653 milhões de toneladas, superando minério de ferro e calcário. No entanto, o consumo per capita no Brasil é de apenas 3 toneladas, abaixo da média global de 5,1 toneladas, indicando uma demanda reprimida que precisará ser atendida no futuro.

"Os agregados podem servir de termômetro da economia", observa Valverde, destacando a forte correlação entre seu consumo e o PIB brasileiro. Em sua análise, a história do setor no país, desde 1925, reflete os ciclos econômicos, com um pico de produção em 2013-2014 (700 milhões de toneladas), com uma queda significativa durante

a crise econômica que se sucedeu e, em seguida uma recuperação gradual a partir de 2018. Ele destacou ainda, os desafios enfrentados pelo setor, como conflitos no uso do solo, urbanização descontrolada e a predominância de pequenas e médias empresas, que representam 95% da produção de areia e 85% da produção de pedra britada. Essas empresas sofrem com regulamentações ambientais inadequadas, dificuldades de acesso a financiamentos e custos elevados de conformidade, o que pode levar à concentração do mercado em grandes corporações.

Valverde ressaltou a necessidade de planejamento de longo prazo com o ordenamento territorial, para garantir a sustentabilidade da mineração de agregados, especialmente em regiões críticas como as regiões metropolitanas do país. Ele citou exemplos internacionais, como países europeus que já possuem planos de abastecimento de agregados para as próximas décadas, e alertou para a crescente escassez de areia em países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, onde o produto já é considerado como *commodity*.

CAPA

Por fim, Valverde enfatizou a necessidade de preservar recursos em áreas críticas por meio de programas que planejem a atividade e protejam os empreendimentos existentes. “Trata-se de garantir recursos minerais de qualidade, com preços acessíveis às próximas gerações”, concluiu Valverde.

Nova diretoria

A nova diretoria da ANEPAC foi anunciada, com Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio (Caco), assumindo a presidência do Conselho Diretor. Sócio fundador e diretor-presidente do Grupo AB Areias, Caco destacou, em sua declaração de posse, a importância da união e do comprometimento para enfrentar os desafios do setor. “Acreditamos que a união de esforços é fundamental para superarmos os desafios e impulsionarmos o desenvolvimento sustentável do setor de agregados”, afirmou. Ele também ressaltou a urgência de combater a informalidade e a importância de parcerias com outras entidades setoriais para promover melhorias no ambiente de negócios.

A diretoria empossada foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária realizada pela ANEPAC em dezembro de 2024 e conta com os seguintes nomes:

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio
Presidente

Fábio Rassi
Vice-Presidente

Conselho Fiscal:
Eduardo Rodrigues Machado Luz Junior
Sandro Alex de Almeida
Hércio Akimoto

Conselheiros:
Henrique Gomes Libério
Felipe Barcelos Ottoni Guedes
Fábio Roni Borlini
Anselmo Luiz Martinez Romera
Daniel Debiazzi Neto
Fauaz Abdul Hak
Abdias Veras Neto
Marcelo Alves Santiago
Marcos Durau
Valdir Turra Carpenedo

Conselheiros Vitalícios:
Antero Saraiva Junior
Carlos Toniolo
Ednilson Artioli
Eduardo Rodrigues Machado Luz
Gustavo Rosa Lanna
José Luiz Machado
Luiz Eulálio De Moraes Terra
Pedro Antonio Reginato
Sérgio Pedreira de Oliveira Souza

Transferência de cargo - Caco Auricchio sucede, na presidência do Conselho Diretor, a Pedro Reginato

Personalidades destacam a importância da ANEPAC e do setor de agregados para o Brasil

Durante a cerimônia, a ANEPAC recebeu apoio de importantes entidades do setor mineral no



Brasil. Mauro Henrique Moreira Souza, diretor-geral da ANM, reforçou o compromisso da agência em colaborar com o setor de agregados. "Reconhecemos os desafios e estamos abertos ao diálogo para encontrar soluções conjuntas. Buscamos superar nossas dificuldades para estarmos mais próximos de quem produz, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil", declarou.

O diretor de Assuntos Associativos e Mudanças do Clima do IBRAM, Alexandre Melo, destacou a importância estratégica dos agregados. "É fundamental que os agregados estejam incluídos em uma política nacional de minerais estratégicos", afirmou.

"A mineração é a base do desenvolvimento humano e precisamos garantir que ela seja realizada de forma sustentável e responsável", declarou o deputado federal Arnaldo Jardim, presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável no Congresso Nacional, ressaltando a relevância da mineração de agregados para o desenvolvimento humano e econômico.

Uma agenda de trabalho já vem sendo estruturada para tratar das necessidades do setor de agregados, informou o deputado estadual Itamar Borges durante o evento. O parlamentar reforçou a importância da união e da colaboração entre todos os envolvidos para superação dos desafios atuais. "Nosso trabalho está focado em temas críticos, como segurança jurídica, controle de peso nas estradas e a complexidade do licenciamento ambiental. A integração com entidades como a FIESP, Sindareia/SP e Sindipedras/SP reforça o compromisso de avançar em soluções conjuntas", declarou Borges.

O subprocurador-geral da República, Luiz Augusto Santos Lima, destacou a necessidade de equilibrar valores ambientais e sociais. Ele usou uma analogia contundente: "Não se pode priorizar a preservação de uma árvore e esquecer quem vive sob ela". Segundo o subprocurador, o desafio é mostrar à sociedade que a mineração de areia e outros agregados próximos às cidades é

essencial para reduzir custos e garantir moradias dignas e acessíveis.

O evento também contou com o apoio do ex-presidente da FIESP, Paulo Skaff, do deputado estadual André do Prado e do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que enviaram vídeos parabenizando a entidade pela posse da nova diretoria.



Nova diretoria executiva

Mudança na presidência executiva - O novo presidente executivo, Victor Bicca, sucede a Fernando Valverde, que assume como Diretor de Relações Institucionais da ANEPAC.

Na mesma ocasião, a ANEPAC anunciou mudanças em sua diretoria executiva. Victor Hugo Froner Bicca, ex-diretor-geral da ANM, assume a presidência executiva da entidade, enquanto Fernando Mendes Valverde, que deixa o cargo, passa a ser o novo diretor de relações institucionais. A diretoria executiva é completada por Daniel Debiazzi Neto, como diretor executivo e Sandra Maia de Oliveira, como diretora de meio ambiente.

Com uma nova diretoria à frente, a ANEPAC

CAPA



segue fortalecendo sua missão de articular os produtores de agregados com a cadeia produtiva da construção, promover a valorização do setor e liderar o desenvolvimento estratégico e sustentável da mineração de agregados, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e das condições socioeconômicas da população brasileira.

Conheça o novo presidente executivo da ANEPAC

Victor Hugo Froner Bicca é geólogo de formação, com especializações em Ensino Superior de Geociências e Educação e Meio Ambiente. Iniciou sua trajetória profissional no serviço público em 1984, marcando presença em diversas instituições e projetos de relevância nacional. Sua paixão pela geologia o levou a lecionar no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrando disciplinas fundamentais para a formação de novos profissionais. No extinto Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), ascendeu a cargos de liderança, demonstrando sua capacidade de

gestão e visão estratégica. Em 2018, assumiu a direção-geral da ANM, onde liderou iniciativas importantes para o setor mineral brasileiro, muitas delas com impacto positivo no setor de agregados para construção.



Victor Bicca



Fonte: ANEPAC



CAPA





Fundação do Sindareia-BA

Nova entidade representativa é um marco para a mineração de areia na Bahia

O setor de areia baiano ganhou mais representatividade com a fundação do Sindicato das Indústrias Mineradoras de Areia do Estado da Bahia (Sindareia-BA). A assembleia geral de fundação da entidade, realizada no final de 2024 em Salvador, reuniu empresas e representantes do setor para dar vida a essa importante entidade.

A criação do Sindareia-BA representa um importante passo para a indústria de mineração de areia no estado, uma vez que o setor passou a

contar com uma entidade regional para defender seus interesses, promover o desenvolvimento sustentável e realizar a interface com as demais entidades na busca por soluções para os desafios enfrentados.

Na assembleia de fundação, foi aprovado o estatuto social do sindicato e eleita a diretoria, o conselho fiscal e os delegados representantes junto à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). A filiação à FIEB também foi aprovada, fortalecendo a representatividade do Sindareia-BA.

 Sindareia-BA

VISITE O NOSSO PORTAL

DO SETOR DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO



O site oferece conteúdo completo do setor de agregados para construção. **Notícias, eventos, artigos, publicações e muito mais.**

Fonte de consulta para empresas, entidades, universidades, profissionais, estudantes e pessoas interessadas.



Site
dinâmico



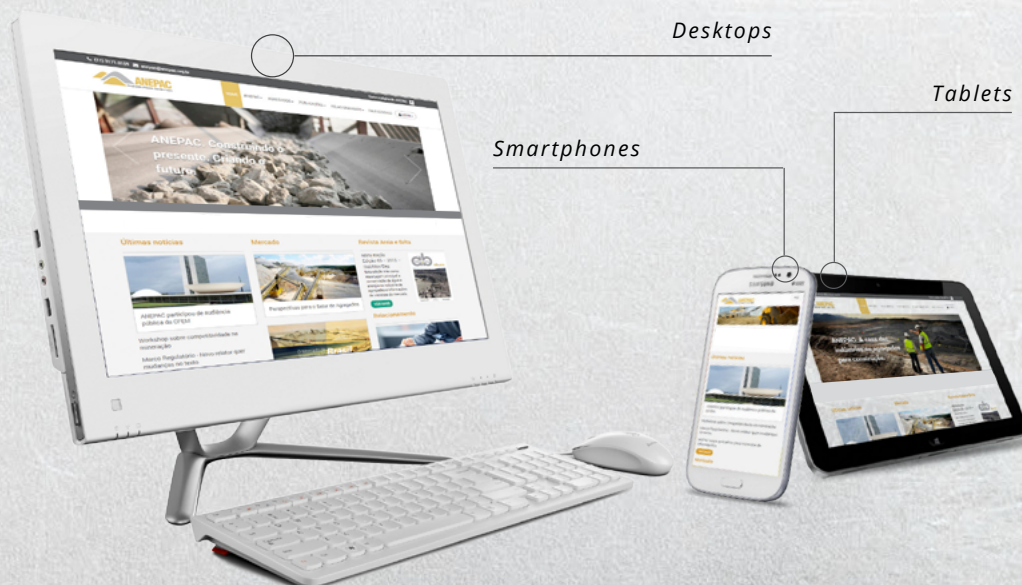
Atualização
constante



Design
responsivo

Visite e acompanhe
as novidades.

anepac.org.br





Lançamento da Frente Parlamentar da Indústria da Construção e Mineração Sustentável

ANEPAC participa ativamente de evento com a presença de parlamentares, representantes de entidades e lideranças do setor da mineração.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foi palco do lançamento da Frente Parlamentar da Indústria da Construção e Mineração Sustentável, um importante marco para o setor de agregados para construção. O evento reuniu autoridades, representantes do setor, especialistas e membros de entidades setoriais para a apresentação da pauta de

trabalho da Frente, presidida pelo deputado estadual Itamar Borges, grande parceiro do setor de mineração paulista.

A Frente Parlamentar tem como principais objetivos "buscar mais segurança jurídica, previsibilidade e simplificação no licenciamento ambiental, com foco no crescimento sustentável do setor

REPRESENTATIVIDADE

e no fortalecimento da economia”, explicou o deputado Itamar Borges. O parlamentar declarou, ainda, que a iniciativa visa “alcançar o aperfeiçoamento na legislação e mudanças no comportamento do setor privado e do setor público” e destacou a importância das instituições paulistas e da experiente indústria do Brasil.

Uma das características marcantes da Frente Parlamentar é a diversidade política, reunindo 35 deputados estaduais de 11 partidos diferentes, e tendo o apoio de diversas instituições setoriais, como lembrado pelo deputado Paulo Correa Júnior durante sua fala no evento. Ele também apresentou a pauta inicial da Frente, que inclui temas como planejamento territorial, qualificação de fornecedores, controle de peso do transporte rodoviário, questões tributárias e segurança jurídica nos processos de contratação de obras.

A ANEPAC, representada pelo presidente do Conselho Diretor, Caco Auricchio, teve um papel fundamental nos debates. Auricchio ressaltou os potenciais do setor em São Paulo e a necessidade de políticas públicas que cuidem dessa mineração específica, próxima do ambiente urbano. “É uma mineração muito específica, próxima do ambiente urbano. E por isso, é tão necessário ter políticas públicas cuidando disso. A mineração de agregados - itens voltados para a construção civil - tem que acontecer próxima de onde vai se construir para diminuir custos e incentivar a ampliação da infraestrutura”, defendeu o gestor.

O evento contou com importantes autoridades do setor público, como o diretor-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Thomaz Toledo, que defendeu que a regulação é fundamental para impulsionar investimentos, garantindo segurança jurídica aos produtores. A subsecretária de logística e mineração do estado de São Paulo, Marisa Barros, também presente no evento, complementou, afirmando que “o licenciamento ambiental vem sendo um instrumento da mineração sustentável e não um entrave da atividade econômica” e reforçou o já assumido compromisso de pautar um plano de ordenamento territorial no estado de São Paulo.

A subsecretária também apresentou os efeitos do Cadastro Estadual para as Pessoas Jurídicas focado no setor da mineração - o CADMinério - que permite mais integridade aos processos licitatórios e combate às atividades ilegais. “Nesta política, a gente não está criando nenhuma obrigação nova e nem um custo regulatório. Mas a gente está chancelando as empresas que estão cumprindo com suas obrigações de fato”, explicou Barros.

O presidente do Conselho Diretor da ANEPAC levou aos presentes uma pauta específica do setor de agregados, que considera como imprescindíveis para seu desenvolvimento. Nela está destacada a relevância do setor mineral para o Estado de São Paulo, que se caracteriza, principalmente, pelo grau de desenvolvimento de seu



parque industrial e por suas altas concentrações demográficas. Ele também apontou os desafios enfrentados pelo setor, como a compatibilização das minerações com os demais usos do solo, restrições ambientais e instabilidade regulatória.

Auricchio sugeriu alguns pontos importantes para nortear os trabalhos da Frente Parlamentar, como a implementação de uma Política Estadual de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração, o desenvolvimento de um programa estadual de planejamento territorial para a atividade de mineração, a garantia da obrigatoriedade do CADMINÉRIO em licitações do governo estadual, o combate à prática ilegal do excesso de peso no transporte rodoviário e a busca por evitar mudanças tributárias abruptas no setor.

“Acreditamos que, com a recriação da Frente e o apoio de nossas entidades de classe, será possível o desenvolvimento da atividade minerária em bases solidamente assentadas e ajustadas às necessidades prementes do setor”, concluiu em seu discurso o presidente do Conselho Diretor da ANEPAC.



Confira as sugestões apresentadas aos parlamentares durante o lançamento da Frente Parlamentar da Indústria da Construção e Mineração Sustentável:

- ☑ Implementar, por lei, uma Política Estadual de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração com diretrizes que garantam o direito de exercer a atividade de forma continuada e sustentável para o adequado suprimento de bens minerais no Estado de São Paulo;
- ☑ Desenvolver um programa estadual específico sobre o planejamento territorial para a atividade de mineração, tendo como objetivo central subsidiar os planos diretores locais e/ou regionais por se tratar de medida essencial e estratégica para o melhor aproveitamento das jazidas.
- ☑ Garantir a obrigatoriedade do CADMINÉRIO – Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral em todas as licitações do governo do Estado de São Paulo (administração direta ou autarquias), visando promover a produção sustentável de agregados para a construção e assegurar que fornecedores de obras públicas operem em conformidade com a legislação vigente. Além disso, disseminar o CADMINÉRIO junto às prefeituras paulistas e buscar que a lei, hoje estadual, seja adotada pelos municípios e, ainda, incluir o limite legal de peso no rol de obrigações requeridas dos fornecedores de agregados para licitações/obras do governo;
- ☑ Combater a prática ilegal do excesso de peso no transporte rodoviário de agregados para construção, visando a conformidade fiscal, o aumento da segurança nas estradas e a durabilidade da malha rodoviária;
- ☑ Evitar mudanças tributárias abruptas impostas ao setor e que venham causar prejuízos aos investimentos, em especial, os de longo prazo, como por exemplo os causados pelo recente término do Convênio ICMS 41/2005, que previa redução da base de cálculo do ICMS e que gerou prejuízos significativos e concorrenciais às empresas produtoras de agregados para construção no Estado de São Paulo.

REPRESENTATIVIDADE

Pauta prioritária para a Frente Parlamentar da Indústria da Construção e Mineração Sustentável

PROPOSTAS PARA FORTALECER O SETOR PAULISTA DE MINERAÇÃO:

Programa estadual específico sobre ordenamento territorial para mineração sustentável

Objetivo: Desenvolver um programa estadual específico sobre o planejamento territorial para a atividade de mineração, tendo como objetivo central subsidiar os planos diretores locais e/ou regionais por se tratar de medida essencial e estratégica para o melhor aproveitamento das jazidas.

Ações:

- Atuação junto à SEMIL para elaboração do programa estadual sobre o planejamento territorial para a mineração com a participação ativa do setor produtivo.

Política estadual de mineração

Objetivo: Implementar uma política estadual de mineração com diretrizes que garantam o direito de exercer a atividade de forma continuada e sustentável para o adequado suprimento de bens minerais no Estado de São Paulo.

Ações:

- Atuação junto à SEMIL para garantir a participação ativa do setor produtivo na elaboração de uma política estadual de mineração.
- Condução do Projeto de Lei na ALESP, se este for o caminho definido.

CADMINÉRIO – Cadastro estadual das pessoas jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral (Decreto Estadual nº 67.409/2022)

Objetivo: Garantir a obrigatoriedade do cadastro

em todas as licitações do Governo do Estado de São Paulo (administração direta ou autarquias), visando promover a produção sustentável de agregados para construção e assegurar que fornecedores de obras públicas operem em conformidade com a legislação vigente; e disseminar o CADMINÉRIO junto às prefeituras paulistas e buscar que a lei, hoje estadual, seja adotada pelos municípios.

Ações:

- Estabelecer um canal de diálogo direto (governo e entidades) para troca de informações sobre o aprimoramento e a evolução do uso do CADMINÉRIO.
- Incluir o limite legal de peso no rol de obrigações requeridas dos fornecedores de agregados para licitações / obras do governo.
- Interlocução e apresentação do CADMINÉRIO aos municípios identificados como prioritários pelo setor produtivo.
- Promover a participação em fóruns e eventos municipais para disseminação do CADMINÉRIO.



Movimento Responsabilidade de Peso

Objetivo: Combater a prática ilegal do excesso de peso no transporte rodoviário de agregados para construção, visando a conformidade fiscal, o aumento da segurança nas estradas e a durabilidade da malha rodoviária.

Ações:

- Interlocução com a SEFAZ-SP para propor a inclusão de um campo em seu sistema para o cadastro prévio de caminhões-tipo e implementação de trava para bloquear a emissão de NF-e, quando o peso informado pelo embarcador exceder o limite legal de peso do caminhão-tipo que será utilizado na referida operação.

Previsibilidade tributária para o setor mineral

Objetivo: Evitar mudanças tributárias abruptas impostas ao setor e que venham causar prejuízos aos investimentos, em especial, os de longo prazo, como por exemplo, os causados pelo recente fim do Convênio ICMS nº 41/2005 (previa redução de 33,33% da base de cálculo do ICMS nas saídas internas) que gerou prejuízos significativos e concorrenciais às empresas produtoras de agregados para construção no Estado de São Paulo.

Ações:

- Atuação junto à SEFAZ-SP e demais órgãos competentes para garantir maior previsibilidade do arcabouço tributário incidente no setor.

- Reeditar a retomada da redução da base de cálculo do ICMS, nos moldes do Convênio ICMS nº 41/2005.

PROPOSTAS PARA FORTALECER O SETOR PAULISTA DE CONSTRUÇÃO:

Obras públicas e processos licitatórios

Objetivo: Trazer maior eficiência e segurança jurídica aos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.

Ações:

- Agilizar a regulamentação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).
- Não permitir o uso do modo “leilão” na contratação de obras e serviços de engenharia, evitando paralisação de obras por inviabilidade financeira dos contratos.
- Incluir o mecanismo de “dispute board” para resolução de conflitos em contratos públicos.
- Garantir o pagamento em até 30 dias após a execução dos serviços.

Investimentos em infraestrutura rodoviária

Objetivo: Acompanhar e apoiar a viabilização das obras de infraestrutura previstas no orçamento público estadual, garantindo a melhoria e ampliação da malha rodoviária, para o aumento da eficiência logística e da segurança dos usuários.



REPRESENTATIVIDADE

Ações:

- Atuar para assegurar e ampliar os volumes investidos em manutenção e ampliação da malha rodoviária paulista.
- Revisão da tabela de preços utilizada pelo DER-SP para contratação de serviços e obras rodoviárias.

Universalização do saneamento

Objetivo: Apoiar as operadoras de saneamento na realização dos investimentos previstos para ampliar a rede de abastecimento de água e esgoto e modernizar estações de tratamento, de modo a antecipar a universalização do saneamento básico.

Ações:

- Estabelecer colaboração estratégica entre operadoras, Governo, Senai-SP e setor privado, para garantir a oferta necessária de materiais, serviços e mão de obra qualificada.

Desburocratização dos processos de licenciamento de obras

Objetivo: Simplificar e padronizar os processos de licenciamento e obtenção de alvarás para construção, visando reduzir custos de construção e melhorar o ambiente de negócios, facilitando o desenvolvimento imobiliário para o combate ao déficit habitacional.

Ações:

- Promover junto às prefeituras do Estado de São Paulo as boas práticas mapeadas pelo Projeto Construa Brasil, do Governo Federal, focadas na desburocratização e padronização dos códigos de obras e edificações, e nos processos simplificados para o licenciamento de empreendimentos.

Industrialização e digitalização da construção

Objetivo: Promover a utilização de sistemas construtivos industrializados e a digitalização do setor, melhorando a produtividade, qualidade e sustentabilidade, além de proporcionar ganhos na remuneração e na retenção da mão de obra do setor.

Ações:

- Estruturar e capacitar os órgãos públicos, para



potencializar a contratação de empreendimentos em sistemas construtivos industrializados, valorizando projetos e modelos de contratação mais integrados aos empreendimentos.

- Estruturar órgãos públicos para a contratação de projetos em BIM (Modelagem de Informação da Construção), capacitando as equipes das administrações públicas e elaborando processos de contratação adequados à metodologia.

Capacitação e retenção da mão de obra

Objetivo: Aumentar a oferta de mão de obra capacitada no Estado de São Paulo para o setor da construção.

Ações:

- Adequar e ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para atender à atual demanda do setor da construção, em especial, ao uso de novas tecnologias, processos inovadores e métodos digitais de gestão das obras.
- Promover parcerias entre governo, Senai-SP e entidades do setor privado.

Reforma Tributária

Objetivo: Monitorar a transição da Reforma Tributária para garantir que o pagamento dos novos impostos previstos, sejam justamente distribuídos entre contratados e contratantes.



Ações:

- Criação de mecanismos para reequilíbrio de contratos de obras que eventualmente sejam afetados pela Reforma.
- Adaptação dos pagamentos de obras para adequação às novas regras.

Aprimoramentos no regime de substituição tributária do ICMS para materiais de construção

Objetivo: Simplificar o regime de substituição tributária do ICMS no Estado de São Paulo para materiais de construção.

Ações:

- Solicitar a adequação do número de itens da cesta de produtos de materiais de construção e congêneres presentes no regime, com recorte baseado nos critérios do estudo realizado pela FIESP, com apoio dos respectivos sindicatos das indústrias participantes.

Conformidade Técnica

Objetivo: Promover a conformidade técnica de materiais de construção e congêneres, combatendo a sonegação fiscal e a concorrência desleal, além de aumentar a segurança, durabilidade e a qualidade das edificações.

Ações:

- Apoiar a implementação do "Projeto GTIN",

para incluir informações sobre normas e certificações nos códigos de barra dos produtos. A proposta é adicionar um 14º campo obrigatório no Cadastro Nacional de Produtos, indicando quais normas o produto atende, com base em autodeclaração.

Aprimoramentos do arcabouço legal de uso e ocupação do solo

Objetivo: Compatibilizar o atual regramento de uso e ocupação do solo com os recentes investimentos realizados em mobilidade urbana, como as novas estações da CPTM, incentivando a ocupação regular e ordenada das regiões ao redor desses dispositivos.

Ações:

- Realizar debates com o Governo Estadual e os municípios da Região Metropolitana de São Paulo sobre a necessidade.

Descarbonização do setor da construção

Objetivo: Promover a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor da construção, visando mitigar o impacto ambiental e a transição para uma economia de baixo carbono.

Ações:

- Construção de políticas públicas para incentivar as empresas do setor a introduzirem programas de descarbonização em seus processos.

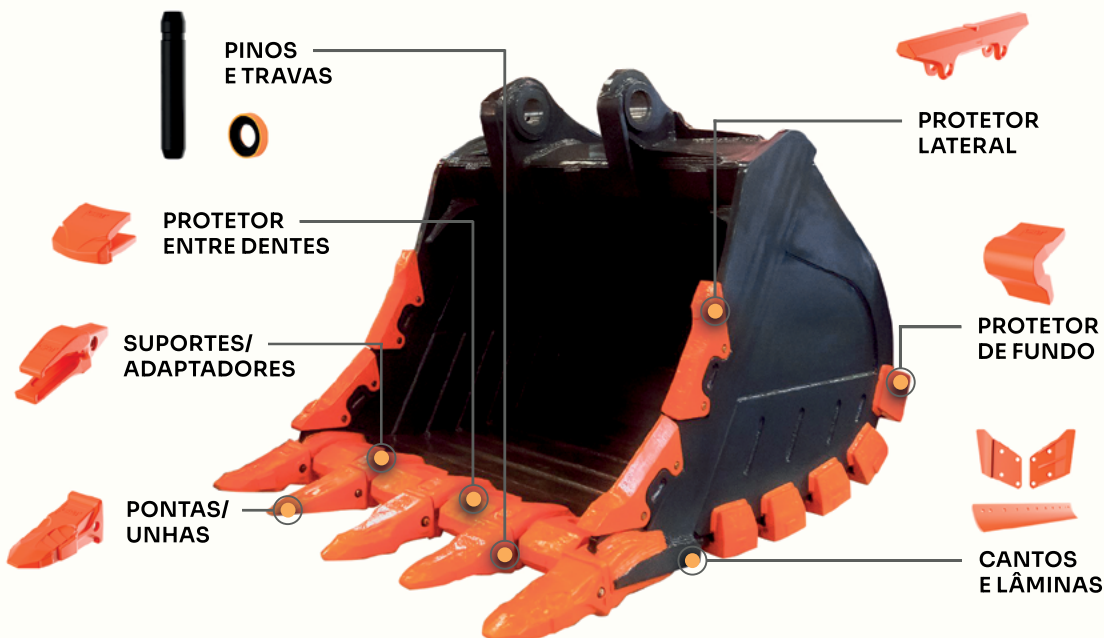


Fonte: ANEPAC



Confiabilidade em cada peça,
eficiência em cada operação.

Peças de Reposição de **alto desempenho**
para máquinas de Linha Amarela,
com **o melhor custo/hora!**



LINHA DE MATERIAIS RODANTES PARA MÁQUINAS PESADAS



Nenhum argumento vai dizer mais
que nosso produto trabalhando.

Entre em contato com
nossos vendedores para
um atendimento consultivo!

@gettractor

11 96628-5264

11 3392-5447

contato@gettractor.com.br

www.gettractor.com.br

*Temos a responsabilidade de trazer **vantagens inigualáveis**
ao setor de Pedreira & Mineração.*



Assembleia da ANEPAC define prioridades para o futuro da mineração de agregados

A ANEPAC realizou, no dia 27 de março, sua primeira Assembleia Geral Ordinária de 2025 em Curitiba, reunindo líderes do setor para discutir os avanços e desafios da indústria de agregados no Brasil, com foco nas oportunidades para 2025. O evento, sediado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), abordou temas estratégicos como gestão eficiente, reforma tributária, perspectivas econômicas e ações prioritárias para fortalecer o setor no próximo ano.

REPRESENTATIVIDADE

Sob a condução do novo presidente executivo da ANEPAC, Víctor Bicca, a assembleia contou com a palestra de André Ribeiro, do DECONCIC/FIESP, que apresentou um panorama econômico detalhado e os impactos da reforma tributária no setor de mineração de agregados. Ribeiro explicou a simplificação do sistema de impostos no Brasil, com a criação dos novos impostos CBS (federal) e IBS (estadual e municipal), cuja alíquota estimada é de 28%, visando melhorar a eficiência tributária do país.

Durante o encontro foram tratados assuntos pertinentes às ações institucionais da ANEPAC como o Plano de Ação para os próximos anos, que inclui a realização de várias ações de relacionamento, como o Congresso Brasileiro de Agregados, iniciativa considerada de grande importância para o setor. "Todo setor que é setor tem um congresso. Então, o Congresso (Brasileiro de Agregados), é extremamente importante, além de ser uma fonte de captação de recursos para a entidade. Estamos planejando esse primeiro Congresso para o ano que vem, em São Paulo", explicou o diretor de relações institucionais da ANEPAC, Fernando Valverde.

Entre os assuntos técnicos, foram discutidos temas como as garantias para o fechamento de mina, a necessidade de criação de um perímetro de segurança para as minerações e a elaboração de um manual de agregados. Além disso, foi destacada a importância das frentes parlamentares de mineração em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, para defender os interesses do setor. O presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, Caco Auricchio, defendeu a união de todo o setor para a melhoria das condições

da mineração de agregados no Brasil, como a mudança nas legislações municipais e estaduais que prejudicam a atividade. "Eu acho que o maior desafio das nossas entidades é a questão de enfrentar da maneira correta essas leis municipais e atividades que estão acontecendo sem um olhar técnico", ressaltou o presidente.

A Assembleia reforçou o compromisso da ANEPAC com o desenvolvimento do setor e a defesa de políticas que impulsionem a competitividade e a inovação e marcou um novo ciclo de trabalho para a ANEPAC, com ações alinhadas às demandas dos produtores e à evolução da indústria de agregados no Brasil.



Visita técnica - Após a assembleia, os participantes realizaram uma visita técnica à empresa Cotragon Mineração e Pavimentação, localizada em São José dos Pinhais, onde conheceram as instalações e as boas práticas aplicadas pela empresa.

Anepac

renova em
2025

ANEPAC

30 ANOS DE COMPROMISSO
COM O SETOR DE AGREGADOS
DO BRASIL.

Conheça nossos produtos



PORTAL WEB **ANEPAC**



REVISTA **AREIA E BRITA**



FOLDER **INSTITUCIONAL**



EMAIL **MARKETING**



CLIPPING DE **NOTÍCIAS**



Visite e acompanhe
as novidades.

anepac.org.br

EVENTOS



ANEPAC em ação:

ANEPAC e lideranças do setor debatem o futuro da mineração de agregados em Goiás

Em um encontro marcado pela sinergia e pelo compromisso com o futuro da mineração de agregados, a ANEPAC marcou presença no Encontro de Mineradores, promovido pelo Sindicato da Indústria de Extração de Areia do Estado de Goiás (SINDIAREIA/GO).

O evento, realizado em 25 de março, na Casa da Indústria, sede da Federação da Indústria do Estado de Goiás (FIEG), reuniu líderes do setor para um importante debate sobre fortalecimento institucional e relacionamento entre os agentes produtivos. A ANEPAC foi representada por seu presidente executivo, Victor Bicca, que apresentou palestra sobre os desafios e oportunidades atuais da mineração, reforçando a importância da articulação entre os agentes do setor produtivo.

“A colaboração entre sindicatos, federações e associações é essencial para garantir a sustentabilidade e a competitividade da mineração no Brasil”, afirmou Bicca, destacando a importância da união de esforços para superar os desafios do setor mineral.

O encontro proporcionou um ambiente fértil para a troca de experiências e a busca por soluções conjuntas. A presença de líderes como Flávio Santana Rassi, vice-presidente da FIEG, Luiz Carlos Borges, presidente do SINDIAREIA/GO, Pedro Rassi, presidente do SINDIBRITA/GO e Fábio Rassi, vice-presidente da ANEPAC, demonstra o compromisso das entidades em construir um futuro próspero para a mineração de agregados.

Destaques do encontro:

- Debate sobre o fortalecimento institucional e aprimoramento do relacionamento entre os agentes produtivos;
- Mapeamento das principais demandas individuais e coletivas do segmento;
- Discussão sobre caminhos para o desenvolvimento da mineração de agregados no estado de Goiás.



Saiba mais em:

anepac.org.br

 SINDIAREIA-GO



Parceria do setor de agregados com IBRAM

A colaboração entre a ANEPAC e as demais entidades do setor de mineração tem se mostrado um pilar fundamental para o fortalecimento do setor de agregados no Brasil. Prova disso é a parceria entre a associação e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que, há vários anos, se traduz em diversas ações conjuntas que permitem a troca de informações e a promoção de networking entre os produtores e o mercado.

Uma dessas ações de sucesso é a participação da ANEPAC na Exposibram, um dos maiores eventos de mineração da América Latina. Na última edição, o estande da ANEPAC se tornou um ponto de encontro, reunindo profissionais do setor, líderes de entidades, estudantes e empresários. O espaço foi palco de debates enriquecedores e da apresentação das iniciativas da ANEPAC em prol do desenvolvimento do setor de agregados.



EVENTOS

Olhando para o futuro, a ANEPAC já confirmou sua presença na Exposibram 2025, que acontecerá de 27 a 30 de outubro em Salvador, Bahia. A expectativa é que a participação da entidade continue a fortalecer o setor e a promover a troca de conhecimentos.



Saiba mais em:
ibram.org.br



ANEPAC fortalece representatividade e marca presença em grandes eventos do setor mineral em 2025

A ANEPAC inicia 2025 com uma agenda robusta, reafirmando sua representatividade e compromisso com o desenvolvimento do setor mineral brasileiro. A entidade marcará presença em eventos de grande relevância, promovendo debates, compartilhando conhecimento e fortalecendo o networking entre os profissionais da área.

Destaques da Agenda ANEPAC em 2025:

Brasmin 2025 – 7º Encontro da Pequena e Média Mineração

De 24 a 26 de maio, em Goiânia/GO.

A ANEPAC participará ativamente do evento, com destaque para a palestra de Fernando Valverde, que abordará temas cruciais para o setor.

VII Congresso Nacional de Áridos e 7º Global Aggregates International Network

Dias 23 e 24 de outubro, em Córdoba/Argentina.

A exemplo de 2024, a ANEPAC organizará uma missão técnica ao evento com participação de membros da diretoria, conselho diretor e representantes do setor de agregados.

Exposibram 2025

De 27 a 30 de outubro, em Salvador/BA.

A convite do IBRAM, a ANEPAC participará, novamente, do mais expressivo evento da mineração no Brasil, com um estande na área de exposições. O espaço da ANEPAC na Exposibram já é conhecido como um importante ponto de encontro entre os produtores de agregados, profissionais do setor e estudantes interessados nas atividades desenvolvidas pela entidade.

A participação da ANEPAC nesses eventos estratégicos reforça o compromisso da entidade em promover o diálogo, a troca de informações e o desenvolvimento do setor mineral brasileiro, tanto em âmbito nacional quanto internacional.



Saiba mais em:
anepac.org.br



BRITAGEM INTELIGENTE E SEM LIMITES.

Eleve a produção da sua planta com os equipamentos Superior Industries do Brasil.

- Unidades fabris brasileiras, com processos de engenharia, soldagem e níveis de detalhamento incomparáveis.
- Representantes em todo território nacional, com pós-venda bem estruturado.
- Britagem fixa e móvel, peneiras, transportadores e componentes.
- Eletrônica robusta e embarcada.
- Monitoramento contínuo dos equipamentos.

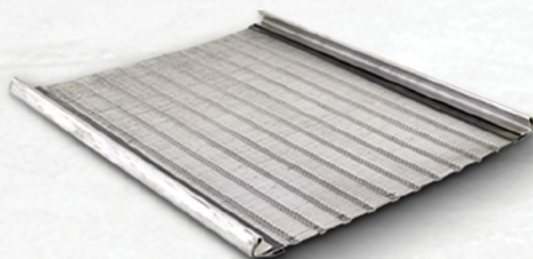


TELAS PARA PENEIRAMENTO

Escaneie o **QR Code** e
acesse nosso catálogo



Linha completa de telas para processamento
e beneficiamento de minérios e agregados

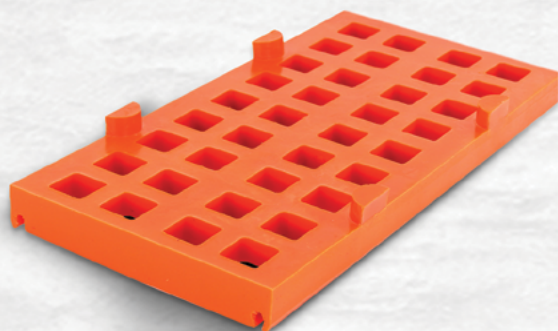


TELAS DE AÇO

PRECISÃO, DURABILIDADE E PERFORMANCE

TELAS DE BORRACHA

MELHOR CUSTO BENEFÍCIO, ERGONOMIA E VIDA ÚTIL



TELAS DE POLIURETANO

ALTA EFICIÊNCIA E DESMPENHO NAS APLICAÇÕES
MAIS SEVERAS

TELAS AUTOLIMPANTES • TELAS MISTAS • PENEIRAMENTO DE FINOS
SISTEMAS DE TROCA RÁPIDA • PEÇAS E ACESSÓRIOS



Patrocinador Oficial



Patrocinador Oficial

(11) 4323-3800

(11) 99779-8008

@lantexdobrasil

/lantexdobrasil

WWW.LANTEX.COM.BR